

Maristela Cury Sarian

maristelasarian@unemat.br

Bacharel em Letras - Tradutor pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/São José do Rio Preto), especialista em Didática do Ensino Básico e Superior pelo Centro Universitário do Norte Paulista (Unorp), mestre em Estudos Linguísticos pela Unesp/SJRP e doutora em Linguística pela Unicamp. É docente do curso de Licenciatura em Letras (Língua Portuguesa) da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), além de professora e vice-coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras/Unidade Cáceres).

A constituição de um arquivo: injunções, (de)limitações, efeitos

Composing an archive: injunctions, (de)limitations, effects

Resumo

Este trabalho se inscreve na perspectiva da Análise de Discurso proposta por Michel Pêcheux e Eni Orlandi e tem por objetivo dar visibilidade ao processo de constituição de um arquivo para a elaboração de tese de doutorado, composto de materiais relacionados ao *Programa Um Computador por Aluno* (Prouca), do governo federal brasileiro, que foram recebidos por e-mail ou circularam em páginas oficiais e não oficiais na Internet. Colocamos em evidência as condições de produção da própria constituição desse arquivo, formado por documentos inscritos no âmbito jurídico, administrativo e institucional, ao mesmo tempo em que o remetemos às condições de produção daquilo que se configurou enquanto arquivo. Daremos visibilidade também aos efeitos produzidos pela autoria e pelo modo de circulação desses materiais, que têm, na Internet, a ancoragem para sua condição (provisória) de existência.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Corpus; Memória Institucional; Pesquisa; Prouca.

Abstract

The present paper is based on the perspective of Discourse Analysis as proposed by Michel Pêcheux and Eni Orlandi and intend to give visibility to the process of composing an archive for a doctoral thesis, made up of materials related to a Brazilian Federal Government program called Prouca - *Programa Um Computador por Aluno* [One computer per student program], that were received by email or circulated on official and non-official pages on the Internet. We seek to highlight the production conditions involved in the constitution of such archive – which is composed by documents registered in the legal, administrative and institutional scope – while referring to the production conditions of what has been configured as the archive itself. We shall also unveil the effects produced by the authorship and the circulation mode of these materials, which have, on the Internet, the anchor for its own (provisional) condition of existence.

Keywords: Discourse Analysis; Corpus; Institutional Memory; Research; Prouca.

I n t r o d u ç ã o

Uma das questões centrais para a elaboração de uma pesquisa é o estabelecimento de um objeto, a ser interpretado à luz de uma determinada teoria, por meio da qual se mobiliza um dispositivo, além de teórico, metodológico. Em se tratando dos trabalhos filiados à Análise de Discurso de Pêcheux e Orlandi, aprendemos que a questão do dispositivo de análise, o dispositivo da interpretação, se impõe ao analista por meio do material que pretende compreender, no batimento descrição-interpretção, inscrito na materialidade simbólica (ORLANDI, 2007).

Para a autora (ORLANDI, 2007), esse movimento interpretativo da análise discursiva, por meio do qual o analista busca compreender o processo de produção de sentidos em determinadas condições de produção, tem seu início já no estabelecimento do corpus, conjugado com a natureza desse material, ao ponto de vista que o organiza e ao recorte que determina seu modo da análise, por meio de uma mediação teórica.

Desse modo, a constituição de um corpus é determinante para o empreendimento do gesto analítico. Assim, pretendemos colocar em evidência, num primeiro momento de nossa reflexão, o processo de constituição do arquivo da nossa pesquisa, mobilizando as condições de produção. Num segundo momento, voltaremos nosso olhar a dois recortes desse arquivo, com o objetivo de dar visibilidade a nosso gesto interpretativo.

As condições de produção da constituição de um arquivo

Estávamos no ano de 2008 e nosso objetivo era trabalhar, na tese, com a questão das chamadas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), na relação com o ensino de língua portuguesa, propondo alinhavar a Análise do Discurso à Educação.

Encontramos, no Prouca, uma possibi-

lidade de compreender discursivamente as redes de filiações e os trajetos de sentidos constituídos nesse Programa, que, na discursividade institucional do Estado, foi significado como uma política pública de inclusão digital, com vistas à melhoria do ensino-aprendizagem e ao adensamento (e aqui acrescentamos do sujeito aluno e das empresas) à cadeia produtiva, por meio do fornecimento às escolas de ensino fundamental de laptops com acesso à Internet, para serem utilizados na sala de aula.

Para tal, fazia-se necessário arregimentar o corpus de análise para darmos início à pesquisa, a partir do qual poderíamos delinear as perguntas que conduziriam à entrada no material e proceder ao recorte sempre necessário. Tomamos a noção de recorte tal como proposta por Orlandi (1984) e retomada por Lagazzi (2009, p. 67), como um gesto que busca “compreender o estabelecimento de relações significativas entre elementos significantes”.

O conjunto de materiais com os quais trabalhamos foi sendo constituído em diversos momentos da pesquisa e de formas diversas. Para construí-lo, iniciamos pelas buscas na Internet, com

o uso da ferramenta *Google*, gesto que indica que a rede, ao produzir “artefatos para a produção do conhecimento”, amplia as formas de saber e inaugura uma nova relação do sujeito com a pesquisa, com a mudança na divisão do espaço institucional (DIAS, 2012, p. 98).

Ensina-nos Gallo (2011, p. 263) que, se por um lado, o mecanismo de busca *Google* “já recorta o arquivo (no sentido pêcheuxtiano do termo) de certo modo, levando o leitor a determinados espaços discursivos e não outros”, em virtude de um mecanismo de filtragem dos resultados denominado “filtro-bolha”, em que “não é o sujeito que decide o que entra no filtro-bolha, e mais, ele não vê o que fica de fora” (DIAS, 2011, p. 40), por outro lado, “precisa haver uma memória discursiva para que a memória metálica exista” (GALLO, 2012, p. 61)¹. Em outras palavras, “na medida em que *nós*

1 Compreendemos memória metálica tal como propõe Orlandi (2010a, p. 9): “Não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador, etc.). Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma, como realmente é, em sua estrutura e funcionamento. Este é um efeito – uma simulação – produzido pela memória metálica, memória técnica. Quantidade e não historicidade. Produtividade na repetição, variedade sem ruptura. E o mito, justamente, desta forma de memória é o ‘quanto mais, melhor’”.

publicamos coisas na Internet, essas mesmas coisas serão devolvidas pelo buscador” (GALLO, 2012, p. 61, grifos nossos). Esse “nós” que publica na rede, no que se refere a este Programa, era o Ministério da Educação (MEC).

Àquela época, a divulgação do Programa na mídia eletrônica se dava de forma incipiente e o então recém-lançado Projeto Piloto UCA (2007) mostrava-nos “guardado a sete chaves” pelo Estado: além do *Google*, todos os buscadores mobilizados nos levavam sempre ao blog “Pilotos do Projeto”, onde encontramos informações esparsas que se repetiam a cada atualização. Na página do MEC, nenhuma menção.

Dessa busca, os materiais iniciais aos quais tivemos acesso, entre 2008 e 2009, foram: blogs de notícias dos participantes do então denominado Projeto Piloto UCA, “Pilotos do Projeto UCA”; slides de apresentações do Programa produzidas pelo MEC e pela Secretaria de Educação a Distância (SEED); e algumas Portarias designando as comissões responsáveis pela elaboração e pelo acompanhamento das fases desse incipiente projeto. Eram, à época, os arquivos dados a conhecer. Eram as “coisas-a-saber” (PÊCHEUX, 2008, p. 34) e a circular nas

redes institucionais. Sentidos possíveis, administrados, dispersos, controlados pelo Estado: “os governados só conhecem aquilo que pelo próprio governo lhes é dado a conhecer”, nos lembra Dias (2011, p. 36), o que compreendemos, com a autora, como um efeito dos deslocamentos dos dispositivos de poder e suas formas de controle do sujeito e do sentido na nova reorganização do espaço, no mundo virtual (DIAS, 2012). Sentidos que não são qualquer um.

Embora esses materiais nos fornecessem pistas importantes sobre o modo de funcionamento do Programa, compreendíamos que era necessário ampliarmos nosso corpus, não no sentido de darmos conta de um “todo” imaginário que supostamente tangenciaria a completude, um efeito impossível, mas de darmos conta de descrever e, por conseguinte, interpretar esse objeto simbólico de forma que julgávamos satisfatória para o que havíamos proposto no projeto de tese. Assim, continuávamos, em pesquisas sucessivas na Internet, ainda no *Google*, a procurar por mais materiais que poderiam constituir o nosso corpus.

Em setembro de 2009, localizamos o arquivo “Um computador por aluno – Pro-

jeto base”, versão 0.40, de 13 de março de 2007, disponível no *site* chileno Enlaces, no qual se delineava a proposta do então UCA, trazendo outras questões pertinentes para nosso trabalho.

Continuando com as buscas por materiais na Internet, tivemos acesso a endereços de e-mails de pessoas ligadas ao MEC e à SEED, bem como a membros da comissão responsável para propor o uso educacional do laptop. Enviamos várias mensagens, via e-mail, sem resposta. Silenciamentos que nos motivaram a insistir na procura por esse material, a mantê-lo como nosso objeto de estudo, a continuar com as incessantes pesquisas na rede, no envio de tantos outros e-mails, com as frequentes solicitações de informação...

Até que, por meio da mediação de pessoas com trânsito no MEC, um dos então coordenadores do projeto, autorizado a falar sobre o UCA, nos ouviu e nos enviou dois documentos *não disponíveis na Internet*, via e-mail, que foram incorporados ao nosso material de pesquisa: os *Princípios orientadores para o uso pedagógico do laptop na educação escolar* (2007), produzidos pelo MEC/SEED; e o *Caderno um computador por aluno: a experiência brasileira* (2008), produzido pelo

Conselho dos Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados. Foi assim que melhor compreendemos o funcionamento das noções de relação de força e da não transparência do processo de circulação dos sentidos!

Revedo esse percurso, suspendendo-nos momentaneamente para a elaboração deste texto, recordamo-nos das palavras de Orlandi (2010b, p. 20), quando diz: “Uma produção não resulta tão diretamente da teoria e do método quando se trata de análise de discurso. Resulta também da resistência dos materiais que analisamos, da capacidade que eles têm de nos desafiar em nossa compreensão”...

Como efeito do processo de resistência e das injunções em funcionamento na (de)limitação do corpus, compreendíamos que havia chegado o momento de enfrentar o material, de fazer perguntas, de nos expor, para a construção de uma nossa produção. Íamos nos debruçar sobre esses documentos, pois considerávamos que já dispúnhamos de um arquivo pertinente sobre nossa questão em formato digital, composto por documentos jurídicos – duas Portarias (2007; 2008), nas quais nos deteremos adiante – bem como por documentos de outras

naturezas, como o *Projeto Base* (2007), os *Princípios* e o *Caderno*, todos produzidos na instância institucional. Mas, para nossa surpresa, em fevereiro de 2011, na página do CNPq², localizamos um edital que nos levou a encontrar o

endereço do portal oficial do UCA na Internet. Esse site, disponível até então no endereço <http://www.uca.gov.br>, nos dava a conhecer elementos outros sobre o Programa, já institucionalizado, denominado Prouca:

Educação
Ministério da Educação

UCA Página Inicial O Projeto Critérios de Escolha Escolas beneficiadas Pré-piloto Projeto Piloto Suporte Técnico Contato

Pré-piloto

Durante o ano de 2007 foram iniciados experimentos do UCA em cinco escolas brasileiras, visando avaliar o uso de equipamentos portáteis pelos alunos em sala de aula. A Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (SEED/MEC) fez várias sondagens a estados e municípios buscando adesão dos mesmos. Inicialmente foram pré-selecionadas dez escolas e, destas, cinco foram escolhidas.

Para a fase dos experimentos, chamados de pré-pilotos, três fabricantes de equipamentos doaram ao Governo Federal três modelos de laptops. A Intel doou o modelo Classmate para as escolas de Palmas/TO e Pirai/RJ. A OLPC doou o modelo XO para as escolas de Porto Alegre/RS e São Paulo/SP. A empresa Indiana Encore doou o modelo Mobilis para escola de Brasília/DF.

As escolas selecionadas foram:

Escola: Escola Municipal Emani Bruno
Localização: São Paulo/SP
Modelo: XO (OLPC)
Lições aprendidas: [Experiências Educacionais São Paulo](#)
Relatórios: [Contexto da escola](#) | [Infraestrutura](#) | [Gestão da escola](#)
Estudos de caso: [Estudo 1](#) | [Estudo 2](#) | [Estudo 3](#)

Escola: Escola Estadual Luciana de Abreu
Localização: Porto Alegre/RS
Modelo: XO (OLPC)
Lições aprendidas: [Lições aprendidas - LEC](#)
Relatórios: [Contexto da escola](#) | [Infraestrutura](#) | [Gestão da escola](#)
Estudos de caso: [Estudo 1](#) | [Estudo 2](#) | [Estudo 3](#)

Escola: Colégio Estadual Dom Alano Marie Du Noday
Localização: Palmas/TO
Modelo: ClassMate PC (Intel)
Link: <http://domalanopalmasto.blogspot.com/>
Lições aprendidas: <http://www4.pucsp.br/uca>
Relatórios: [Contexto da escola](#) | [Infraestrutura](#) | [Gestão da escola](#)
Estudos de caso: [Estudo 1](#) | [Estudo 2](#) | [Estudo 3](#)

Escola: CIEP Municipal Profª Rosa Conceição Guedes
Localização: Pirai/RJ
Modelo: ClassMate PC (Intel)
Link: [Blog da Escola](#)
Lições aprendidas: http://www.piraidigital.net.br/experiencia_uca_pirai/
Relatórios: [Contexto da escola](#) | [Infraestrutura](#) | [Gestão da escola](#)
Estudos de caso: [Estudo 1](#) | [Estudo 2](#) | [Estudo 3](#)

Escola: Centro de Ensino Fundamental nº 1 do Planalto
Localização: Brasília/DF
Modelo: Mobilis (Encore)
Link: [Blog do Projeto UCA - DF](#)

Relatórios de sistematização

<p>Síntese das avaliações dos experimentos UCA iniciais</p> <p>Texto completo</p>	<p>Orientações a gestores para o plano de expansão</p> <p>Texto completo</p>	<p>Guia de implementação, monitoramento e avaliação</p> <p>Texto completo</p>
---	--	---

Imagem 1 – Página do Projeto UCA (Pré-Piloto).

Fonte: Brasil (2011).

2 Agradeço à colega Maria José Landivar de Figueiredo Barbosa (Unemat), que, generosamente, nos presenteou com essa preciosa informação.

Organizado em links, foi possível também encontrar nesse portal informações de ordem mais geral sobre o Programa, workshops realizados e relatórios de ordens diversas, como de avaliação de impacto, além de estudos de casos, avaliações da experiência, atividades realizadas na fase de testes nas escolas selecionadas, acompanhadas de vídeos com depoimentos de professores e alunos, e a Lei nº 12.249, de 10 de junho de 2010, que criava o Programa. De conhecimento dessa lei, chegamos também ao dispositivo que a regulamenta, o Decreto nº 7.243, de 26 de julho 2010, disponível na página da Câmara dos Deputados.

A partir do acesso a essas informações, víamos, nos arquivos disponíveis nesse portal, a possibilidade de estabelecermos relações entre os materiais de que já dispúnhamos e aqueles então publicizados na rede, como também de construir uma relação entre os materiais de cunho mais documental – conforme compreendíamos a legislação, o *Projeto Base*, o *Caderno* e os *Princípios* – e as experiências com o laptop divulgadas como realizadas durante a Fase I do Programa, em 2007. O objetivo era co-

locar em evidência não apenas os conteúdos em circulação nessas práticas de ensino, mas também – e sobretudo – como esses conteúdos circularam nessas atividades e quais seus efeitos, ou seja, o modo de apropriação desses conteúdos pelos sujeitos da escolarização³.

Em outras palavras, foi possível estabelecer uma relação entre a discursividade institucional do Programa em circulação nos documentos e o modo de constituição das práticas de linguagem de língua portuguesa tomadas como realizadas nessa primeira fase do Programa, dando consequência a um questionamento recebido da Profa. Dra. Mônica Graciela Zoppi-Fontana⁴ (IEL/Unicamp) durante a discussão de um trabalho apresentado no Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários (CIELLI), em 2010, realizado na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Neste período, já estávamos apresentando trabalhos em eventos, ensaiando alguns gestos de interpre-

3 Recortamos, para nossa análise, três atividades de língua portuguesa, denominadas “Uso de laptop no reforço escolar”; “Caso 6 – Monteiro Lobato e as novas tecnologias” e “Livro da quarta série” (SARIAN, 2012).

4 Agradeço à Profa. Mônica pela valiosa contribuição, por meio da qual foi possível redimensionar a pesquisa.

tação do *Projeto Base*, o que suscitou o questionamento da professora: iríamos nos ater somente aos documentos institucionais ou também olhar para o que foi feito com o computador, na sala de aula? Sentidos que fizeram sentido cerca de um ano depois, quando tive acesso à página do Prouca na Internet.

Compreendemos a publicização do Programa na rede como um efeito do que se tem praticado nas sociedades ditas democráticas, nas quais se produz o efeito evidente de que *tudo* pode se ver e se mostrar na Internet, projetando, imaginariamente, o sentido de que, no site, *tudo* se diz, pois *tudo se mostra, tudo* se dá a ver, porque está na Internet. Esse processo de dar visibilidade às ações governamentais em páginas institucionais na rede, sobretudo a programas de governo, nos faz pensar em iniciativas como as do *e-governo*. Segundo Dias (2011, p. 57), o *e-gov* “diz respeito à administração gerencial das cidades, [que] vai se organizar numa forma de governo transparente e clicável, uma vez que oferece ao cidadão acesso a procedimentos administrativos do governo através dos portais de serviços e informações do governo fe-

deral”, num processo de silenciamento da materialidade da língua de Estado, que Pêcheux (1990) denomina *língua de madeira*.

Importante ressaltar que os documentos que havíamos recebido por e-mail, o *Caderno* e os *Princípios*, não estavam disponíveis na página do Prouca, o que compreendemos como efeito do processo contraditório em funcionamento na circulação do conhecimento e das informações na rede, sobretudo no que tange a esse Programa, desestabilizando o sentido imaginário dominante de Internet em nossa sociedade, em que a rede é desenhada como um terreno livre e democrático, em que *tudo* está lá e, como tal, *tudo* se pode arquivar. Efeito do “*ça circule*” (PÊCHEUX, 1981, p. 18), que, na transparência da circulação do dizer, sobre o qual não se pergunta quem diz, como diz, nem como o dito circula, apaga-se o caráter material da circulação dos sentidos.

Nesse estágio do trabalho, tínhamos um arquivo consistente constituído, compreendido “no sentido amplo de ‘documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’” (PÊCHEUX, 2010, p. 51) e formulado no lugar do Estado,

lugar autorizado para a proposição de políticas públicas em nossa sociedade. Em nossa compreensão, o Estado é organizado de forma heterogênea e articulado com a Universidade, fazendo significar esse arquivo, no dizer de Orlandi (2008, p. 59), como um “discurso documental, institucionalizado, memória que acumula”. Trazer essa compreensão de arquivo para nosso trabalho se faz pertinente para darmos visibilidade às redes de filiações e aos trajetos de sentidos que compõem nesse corpus, aos “gestos de leitura que constroem o arquivo” (ORLANDI, 2004, p. 95), em que “o dizer é documento, atestação de sentido, efeito de relações de força” (ORLANDI, 2003, p. 15), bem como para colocarmos em evidência a exterioridade constitutiva do sentido, ou seja, as condições de produção nas quais esse corpus de pesquisa foi desenhado; condições que apontam para a impossibilidade de compreendê-lo como um objeto empírico.

Considerando a natureza eletrônica de parte desse material, fomos levados a compreender o funcionamento dos arquivos digitais, a fim de pensarmos sobre o modo de constituição dessas discursividades que circularam por meio da rede em seu caráter material.

Em Gallo (2004) encontramos uma (re)significação da noção de arquivo proposta por Pêcheux (2010) para a concepção de *arquivo encontrado na Internet*, filiada a uma “prática discursiva, instaurada pela Internet, [que] funda uma memória ‘nova’, um novo ‘arquivo’ a ser consultado, essencialmente diferente daquele disponível nas bibliotecas tradicionais” (GALLO, 2004, p. 48). Para a autora, o *arquivo digital* seria o “campo de documentos pertinentes e disponíveis, *na Internet*, sobre uma questão” (Idem, grifos nossos), colocando, de saída, uma distinção entre os modos de constituição dos arquivos impressos e eletrônicos, trazidos pelas próprias condições de produção das novas tecnologias da informação e da comunicação, ao mesmo tempo em que essa noção reitera o que está em funcionamento na constituição de todo e qualquer material, seja na circulação no modo impresso, seja no modo eletrônico: sua historicidade constitutiva. Essa nova forma de compor o arquivo na Internet é, portanto, efeito de uma nova concepção de tempo e de espaço, que permitiu a instalação de uma nova temporalidade, constituída pela existência virtual das coisas do mundo (DIAS, 2012).

Ainda de acordo com Dias (2005, p. 45), os arquivos provenientes do eletrônico são significados como

arquivos que podem ser alimentados diariamente e que se caracterizam pela fluidez, pela possibilidade de sempre ser outro. São arquivos que se constituem de modo aberto, passíveis de desconstrução, e cuja natureza define-se pela própria estrutura fluida e não-linear da Internet, pela estrutura em teia.

No entanto, justamente pelo fato de a Internet, hoje, fazer parte da vida de muitos brasileiros, é que o sentido de arquivo eletrônico acaba sendo naturalizado, tanto no que diz respeito à sua leitura, quanto a seu modo de constituição e circulação. Como bem lembra Dias (2005, p. 41), “nossa relação com o arquivo já faz parte de uma prática cotidiana que se dá na evidência dos sentidos”. Naturaliza-se, assim, a dimensão técnico-histórica que lhe é estruturante, efeito das novas condições materiais de produção, que instituem as particularidades dos arquivos eletrônicos, a velocidade com que circulam e a dinamicidade em que são produzidos no ciberespaço, um “espaço discursivo” (DIAS, 2005, p. 47): um espaço material de significação, o que implica em considerá-lo como um espaço de lingua-

gem, um espaço político-simbólico de construção de sentido, marcado pela temporalidade organizada a partir do acontecimento instaurado pela Internet (DIAS, 2012).

Nesse jogo do que é visível/localizável e invisível/não (mais) disponível, observamos que alguns materiais mobilizados em nosso trabalho, como as Portarias e os Decretos, foram publicados em suportes de circulação institucionais, como as páginas eletrônicas do Diário Oficial da União e da Câmara dos Deputados. É desse modo que compreendemos que a Internet não produz, por sua existência empírica, acontecimentos discursivos: “ela só pode ser assim considerada quando, além de uma nova textualidade, há também uma discursividade nova” (GALLO, 2011, p. 267). No caso dos materiais em análise, a rede produz acontecimentos enunciativos, “a partir de enunciados originados fora dela e para ela transportados” (Idem, p. 259), o que produz como efeito, segundo a autora, “a permanência da memória institucional” (Idem, p. 269). Ao mesmo tempo, observamos, cerca de um ou dois anos depois após a conclusão da pesquisa, findada em 2012, que a página do Prouca foi extinta, bem como o Projeto Base não foi mais localizado na

rede. Um funcionamento contraditório que nos remete aos ensinamentos de Orlandi (2008, p. 139) sobre a circulação dos sentidos: “se não circula, se extingue [...] o dito presumido estaciona e desaparece, pois é a circulação que lhe dá existência”.

Um gesto analítico

Feito esse percurso e para colocar em evidência nosso gesto de interpretação de parte dos materiais analisados na pesquisa, elegemos, para este trabalho, duas Portarias: a Portaria nº 8, de 19 de março de 2007, por meio da qual é designado um grupo de professores para compor um grupo de trabalho, objetivando assessorar, do ponto de vista pedagógico, a elaboração do documento básico, o acompanhamento e a avaliação das experiências; e a Portaria nº 85, de 16 de junho de 2008, da SEED (Secretaria de Educação a Distância), relativa à composição do grupo de trabalho de assessoramento ao *Projeto Um Computador por Aluno – UCA*, ambas apresentadas na sequência:

PORTARIA No. 8, DE 19 DE MARÇO DE 2007⁵

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria GM nº 1089, de 04 de abril de 2005, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 06 de abril de 2005, e considerando da prerrogativa conferida e este órgão no artigo 25, inciso III do Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004, resolve:

Art. 1º. Compor grupo de trabalho com o objetivo de assessorar pedagogicamente a elaboração do documento básico do Projeto Um Computador por Aluno - UCA, bem como realizar o acompanhamento e a avaliação das experiências iniciais a serem implantadas.

Art. 2º. Designar para compor o referido Grupo de Trabalho, sob a coordenação do primeiro, como representantes do Ministério da Educação:

- I. *Espartaco Madureira Coelho* - SEED/MEC;
- II. Francesca Lóes - SEED/MEC;
- III. Carmem Prata - SEED/MEC;
- IV. Maria de Fátima Simas Malheiro - SEB/MEC;
- V. Márlúcia Delfino Amaral - SEB/MEC.

Como assessores pedagógicos:

- I. *José Armando Valente* - Universidade Estadual de Campinas;
- II. Julíbio David Ardigo - Universidade do Estado de Santa Catarina;
- III. *Léa da Cruz Fagundes* – Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- IV. *Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida* – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;

⁵ Todos os grifos são nossos.

V. Maria Helena Cautiero Horta Jardim - Universidade Federal do Rio de Janeiro;
VI. Mauro Cavalcante Pequeno – Universidade Federal do Ceará;

VII. Paulo Gileno Cysneiros – Universidade Federal de Pernambuco;

VIII. Roseli de Deus Lopes – Universidade Estadual de São Paulo;

IX. *Simão Pedro Pinto Marinho* - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais;

X - Stela Conceição Bertholo Piconez - Universidade Estadual de São Paulo.

Art. 3º. O grupo de trabalho tem o prazo de 300 (trezentos) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, para apresentar os resultados no formato de documento.

Art.4º. Em eventual necessidade de deslocamento, os representantes do Grupo de Trabalho terão as despesas relativas a passagens e diárias custeadas pela Secretaria de Educação a Distância - SEED.

Art.5º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA SEED n.85/2008, de 16 de junho de 2008⁶:

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 25, inciso III do Decreto Nº 5.159, de 28 de julho de 2004, resolve:

Art. 1º Compor o Grupo de Trabalho de Assessoramento ao Projeto Um Computador por Aluno - UCA que terá a finalidade de:

I - subsidiar a Secretaria de Educação a Distância na implantação, acompanhamento e avaliação do Projeto UCA;

II - colaborar na definição de diretrizes e critérios de implantação e implementação do Projeto UCA;

III - prestar assessoramento técnico-pedagógico sobre o uso intensivo de laptops educacionais em escolas públicas;

IV - promover articulação entre o Projeto UCA e as instituições de pesquisa e de ensino superior, objetivando a transferência de conhecimentos técnicos e científicos na área de tecnologia educacional;

V - prestar aconselhamento pedagógico na definição dos critérios e dos indicadores de desempenho à elaboração da sistemática de avaliação e do acompanhamento do Projeto UCA.

Art. 2º Designar para compor o referido Grupo de Trabalho, sob a coordenação do primeiro:

a) como representantes do Ministério da Educação:

1) **Mauro Cândido Moura** - Secretaria de Educação a Distância/MEC;

2) **Pedro Ferreira de Andrade** - Secretaria de Educação a Distância/MEC;

b) como assessores pedagógicos:

⁶ Todos os grifos são nossos.

1) Benedito de Jesus Pinheiro Ferreira - Universidade Federal do Pará;

2) Divanizia do Nascimento Souza - Universidade Federal de Sergipe;

3) *José Armando Valente* - Universidade Estadual de Campinas;

4) *Léa da Cruz Fagundes* - Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

5) Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;

6) Maria Helena Cautiero Jardim - Universidade Federal do Rio de Janeiro;

7) Mauro Cavalcante Pequeno - Universidade Federal do Ceará;

8) Paulo Gileno Cysneiros - Universidade Federal de Pernambuco;

9) Roseli de Deus Lopes - Universidade de São Paulo;

10) Simão Pedro Pinto Marinho - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais;

11) Stela Conceição Bertholo Piconez - Universidade de São Paulo.

Art. 3º O Grupo de Trabalho do Projeto UCA, ora instituído, terá o prazo de 360 dias, prorrogáveis por mais noventa dias, para a conclusão das atividades.

Art. 4º O Grupo de Trabalho poderá, quando necessário, e em caráter temporário, solicitar a constituição de comissões ou convocar grupos de especialistas para as-

sensorá-lo na realização de estudos específicos.

Art. 5º O Grupo de Trabalho do Projeto UCA reunir-se-á ordinariamente mensalmente e extraordinariamente por convocação da coordenação.

Art. 6º Em eventual necessidade de deslocamento, os representantes do Grupo de Trabalho terão as despesas relativas a passagens e diárias custeadas pela Secretaria de Educação a Distância - SEED.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Elegemos esses materiais porque tais Portarias constituíram o ponto inicial de um primeiro recorte em nosso arquivo, uma vez que compreendíamos que esses documentos, constituintes de um discurso jurídico-político-administrativo, produzidos na instância do jurídico, estruturante da nossa sociedade, ao serem produzidos pelo Estado, instituição que rege a relação dos sujeitos no sistema capitalista, são significados como instrumentos de um poder dirigido. Documentos que produzem uma “força de realidade, de reconhecimento” (ORLANDI, 2011, p. 108), o que compreendemos como parte do processo de dominação simbólica pelo qual somos afetados nessa sociedade,

o que também sinaliza para o funcionamento, da e na escola, de um “espaço jurídico” (NUNES, 1998, p. 27).

Nosso gesto analítico foi, então, neste primeiro momento, nos ater às formulações desses materiais, os quais estabelecem um “espaço de validade” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 22) e um efeito de “congelamento de uma escritura no tempo” (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 98), por compreendermos as Portarias como instrumentos que estabilizam sentidos por meio de uma língua de Estado, compreendida como “uma série de estratégias de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência das relações de classes” (PÊCHEUX, 1979, p. 86). A historicidade de sua constituição é apagada no documento jurídico, dando visibilidade ao funcionamento da memória institucionalizada, que produz “um efeito de fechamento” e de “estabilização dos sentidos” (ORLANDI, 2003, p. 15) que, nas pesquisas filiadas à Análise de Discurso, não se objetiva apagar, mas explicitar, por meio do gesto de interpretação do analista.

No movimento com o arquivo que vínhamos construindo, era forte a com-

preensão de que a composição de uma equipe para a elaboração das políticas institucionalizadas pelas Portarias colocava em evidência o movimento tensionado daquilo que seria selecionado, absorvido, confrontado, excluído e silenciado no Prouca, à medida que nomes e instituições que compareceram nos documentos instituíaam as filiações de saberes e de sentidos que o Prouca trilharia no que diz respeito às práticas políticas – teóricas, metodológicas, epistemológicas – legitimadas para sua implementação, práticas que produziram efeitos no modo de significar o ensino, a língua e a tecnologia digital neste Programa⁷.

Em linhas gerais, vimos funcionar “relações de continuidade” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 22) entre as formulações das duas Portarias. A Portaria nº 85, de 16 de junho de 2008, especifica com mais detalhamento em que consiste o trabalho do grupo, ao mesmo tempo em que apresenta novos membros. Observamos, na passagem de uma Portaria para outra, a mudança de coordenação dos trabalhos de *Espartaco Madureira Coelho* (Portaria n. 8, de 19 de março de 2007) para *Mauro Cândido*

⁷ Sobre essa questão, sugerimos a leitura de Sarian (2012).

Moura (Portaria n. 85/2008, de 16 de junho de 2008), ambos da SEED/MEC, ao passo que outros nomes se mantêm em ambos os documentos, como *Léa da Cruz Fagundes* (UFRGS), *José Armando Valente* (Unicamp), *Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida* (PUC-SP) e *Simão Pedro Pinto Marinho* (PUC-MG).

Compreendíamos a constituição desses nomes como um ponto fundamental para a compreensão do processo de autoria apresentada e representada nas nomeações, elemento que se mostrava essencial nesse processo de institucionalização dos saberes em funcionamento no Prouca. Conforme nos ensina Lagazzi (2007, p. 13), “a legitimação científico-institucional se faz pela afirmação da autoria, ou seja, pela representação e circulação dessas nomeações”, ou, em outras palavras, entre o “nome do saber e nome de quem produz esse saber e o ratifica, sendo ratificado como autor”, o que, no programa em questão, é o MEC, a SEED, a SEEB e as universidades públicas ou privadas brasileiras. Nesse movimento, compreendemos, com Pfeiffer (2012), a atribuição de sentidos, da parte do Estado, para o espaço da pós-graduação como um lugar que legitima a autoria; é o Estado quem referenda o direcionamento de sentidos dado pelas

universidades, o que chama para a cena a impossibilidade de se dissociar as imbricadas relações construídas historicamente entre conhecimento, Estado e sociedade (SILVA, 2007).

Vimos circular, nos materiais, nomes de pesquisadores e de instituições que vêm dizer da relação instituída entre a intelectualidade e o Estado na proposição de políticas de ensino e de língua (SILVA, 2007) e a relação entre a produção do conhecimento científico produzido na universidade e a transmissão do conhecimento escolarizado (SILVA, 2005).

No que concerne à relação intelectualidade – Estado, são projetados, por meio de formações imaginárias, que “permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso” (ORLANDI, 2007, p. 40), sentidos distintos para os sujeitos que as elaboram e para os sujeitos aos quais se dirigem. Nesse movimento, em que vemos a constituição de lugares institucionais e de posições-sujeito distintos, se dá visibilidade para a “formalização das relações de força entre as pessoas, através da atribuição de lugares socialmente definidos” (LAGAZZI, 1988, p. 90).

Dar visibilidade aos efeitos produzidos por essas relações em nosso material permitiu-nos colocar em evidência, a partir do funcionamento da autoria de nosso arquivo, uma divisão já estabelecida no social e, portanto, naturalizada, qual seja, a divisão social do trabalho da leitura (PÊCHEUX, 2010); divisão que reverbera na relação universidade x escola, na qual se toma como evidente o processo de elaboração do Programa pelos professores universitários, ao passo que se toma como natural o processo de execução do Programa pelos professores da escola pública, o que compreendemos como efeito do funcionamento das relações de força em nossa sociedade e das condições de produção nas quais esse Programa se dá.

No que tange à relação entre a produção do conhecimento científico produzido na universidade e a transmissão do conhecimento escolarizado, bem diz Barbai (2011, p. 6): “aquilo que podemos ‘saber’ fala antes, depois e independente de nós”, o que vai ao encontro das colocações de Ferreira (2009, p. 54-55, grifos da autora):

Dizer que *algo é saber* é, antes de mais nada, dizer que *algo não é*. As instituições

universitárias são lugares privilegiados desta divisão política e normativa que institui algo como *um saber* e que produz aí uma divisão. Elas são os espaços onde os saberes são legitimados, ao mesmo tempo que eles as legitimam.

Compreendemos esse funcionamento como parte de um processo de autoria e, portanto, de autorização, a partir do qual as universidades ganham no cenário educacional brasileiro, principalmente, após a chamada modernização ou democratização do ensino, que se deu, como mais ênfase, a partir dos anos de 1990, como parte de um processo mais amplo advindo com a mundialização, no qual se delineia, nas políticas de ensino, certo tipo de trabalhador que se imagina formar na escola. Essa relação estabelecida entre a ciência e o Estado, para Silva (2007, p. 146), são “ambíguas, conflitantes e contraditórias”, o que também compreendemos como efeito de um processo de absorção da ideologia liberal pela universidade (CHAUI, 2000). Segundo Silva (2012)⁸, o estreitamento dessa relação se deu em virtude da reforma do Estado, marcada por certo esvaziamento da burocracia, na

8 Anotação tomada durante o curso “O processo de escolarização do português como língua nacional: segunda metade do século XX”, ministrado pela Profa. Dra. Mariza Vieira, na Unicamp, em 2012.

medida em que, atualmente, não são mais os técnicos do MEC os responsáveis pela elaboração das diretrizes que estabelecem as políticas de educação e de língua. Como efeito das relações de força em funcionamento nesse gesto de institucionalização dos sentidos, vemos funcionar, com a publicação das Portarias, uma força de reconhecimento “do trabalho do outro na institucionalização de um saber constituído, numa relação de alteridade explícita” (LAGAZZI, 2007, p. 13).

Ao darem visibilidade às relações de força em funcionamento no Programa, as Portarias dão voz a quem pode dizer e legitimam o que pode ser dito: uma questão de política de Estado para as questões de língua, de ensino e de tecnologia digital. As Portarias constituem-se, portanto, em um lugar de poder: “poder legitimar uma forma de conhecimento científico”, por meio de um “poder se fazer visível” (ORLANDI, 2009, p. 187).

Pousando nosso olhar na distribuição geopolítica das instituições às quais pertencem os pesquisadores nomeados nesse material, vemos uma forte predominância de professores de

universidades paulistas em ambas as composições (Unicamp, PUC-SP e USP). Vemos essa representatividade de profissionais do Estado de São Paulo numa forte relação com as compreensões de Pfeiffer (2007, p. 24) a respeito das Associações brasileiras de Linguística, como o Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL), a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL): “o território é marca de uma agremiação de profissionais pertencentes àquele território, não definindo especificamente a Linguística que se realiza nesse território”.

No que tange à condução das atividades nas escolas participantes da primeira fase do Programa, denominada “Fase de testes” ou “Pré-Piloto”, em que cinco escolas, uma em cada Estado (SP, RJ, TO, RS e DF), receberam laptops doados por fabricantes, é a Pontifícia Universidade Católica (PUC) que tem maior representatividade dentre as universidades. Em São Paulo e Palmas, é a PUC-SP que tutela as ações; em Porto Alegre, a UFRGS-RS; no Rio de Janeiro, a UFRJ e a UFF; em Brasília, a UnB. Lembra-nos Orlandi

(2007, p. 39): “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”. Esse direcionamento, como já mencionamos, produz uma estreita relação entre as linhas de pesquisa praticadas por esses grupos dessas universidades e o modo de significar o ensino, a escola e as políticas públicas no Programa, ao mesmo tempo em que dão visibilidade a um determinado grupo de pesquisadores, e não a outros, por legitimarem essa formação, e não outra.

Considerações finais

Para produzir o efeito de fechamento deste texto, temos a dizer que, com

a constituição desse arquivo, foi possível, na pesquisa, dar visibilidade às condições de produção nas quais esse Programa emergiu e ao modo como se organizou.

A constituição desse arquivo, marcado pela dispersão, tanto no que diz respeito à produção dos materiais, elaborada em momentos diversos e com objetivos distintos, apresentando modos de circulação particulares, tendo o formato digital como ponto comum, quanto no que tange ao acesso aos materiais, que se deu de modo disperso e produziu efeitos no desenho do trabalho, vem dizer, para nós, do modo de funcionamento do Programa, significado como uma política pública de Estado, instituída de forma impositiva e autoritária.

Referências

BARBAI, M. Ideologia e inconsciente: educar é possível? ENELIN – Encontro de Estudos da Linguagem, 4, 2011, Pouso Alegre. *Anais...* Disponível em: <www.cienciasdalinguagem.net/enelin/anais/texts/95.pdf>. Acesso em: 25 maio 2012.

BRASIL. Lei nº 12.249, de 10 de junho de 2010. Cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional – RECOMPE. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=261443>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

_____. Decreto nº 7.243, de 26 de julho 2010. Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional – RECOMPE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7243.htm>. Acesso em: 19 mar. 2012.

_____. *Um computador por aluno*: a experiência brasileira. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, 2008. (Série Avaliação de Políticas Públicas; n.1).

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Portaria nº85, de 16 de junho de 2008. Dispõe sobre a composição do Grupo de Trabalho de Assessoramento ao Projeto Um Computador por Aluno - UCA. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2008/06/18/Secao-2>>. Acesso em: 01 jun. 2010.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 8, de 19 de março de 2007. Dispõe sobre a composição de grupo de trabalho com o objetivo de assessorar pedagogicamente a elaboração do documento básico do Projeto Um Computador por Aluno - UCA, bem como realizar o acompanhamento e a avaliação das experiências iniciais a serem implantadas. Disponível em: <<http://pilotosdoprojetouca.blogspot.com/2007/03/portaria-do-gt-assessores-pedagogicos.html>>. Acesso em: 01 jun. 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. *Um computador por aluno*: projeto base. 2007. Disponível em: <http://portal.enlaces.cl/portales/tp5fdaa5dc4n55/documentos/200712171646020.Projeto_Base_umcomputadorporaluno_UCA.pdf>. Acesso em: 02 set. 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. *Princípios orientadores para o uso pedagógico do laptop na educação escolar*. MEC/SEED: 2007.

_____. Ministério da Educação. Projeto UCA. Pré-piloto. Disponível em: <<http://www.uca.gov.br/institucional/experimentosFase1.jsp>>. Acesso em: 15 set. 2011

CHAUÍ, M. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, F. de; PAOLI, M. C. *Os sentidos da democracia*: políticas do dissenso e hegemonia global. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 27-51.

DIAS, C. P. *Sujeito, sociedade, tecnologia*: a discursividade da rede (de sentidos). São Paulo: Hucitec, 2012.

_____. *Cidade, cultura e corpo*: a velocidade do mundo. Campinas: Labeurb/Unicamp, 2011. (Série Escritos, n. 10).

_____. Arquivos digitais: da des-ordem narrativa à sede de sentidos. In: GUIMARÃES, E.; PAULA, M.R. de (Orgs.). *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, 2005. p. 41-56.

FERREIRA, A. C. F. *A lingüística entre os nomes da linguagem*: uma reflexão na história das idéias lingüísticas no Brasil. 2009. 249 fls. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.

GALLO, S. L. Novas fronteiras para a autoria. *Organon*, v. 27, n. 53, p. 53-64, jul./dez. 2012.

_____. A Internet como acontecimento. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 255-269.

_____. Plágio na Internet. In: MORELLO, R. (Org.). *Giros na cidade*: materialidade do espaço. Campinas: Labeurb/Unicamp, 2004. p. 47-55.

LAGAZZI, S. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significativa. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Orgs.). *O discurso na contemporaneidade*: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 67-78.

_____. O político na linguística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007. p. 11-18.

_____. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.

NUNES, J. H. Aspectos da forma histórica do leitor brasileiro na atualidade. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998. p. 25-46.

ORLANDI, E. P. A fundação de um Estado: cidade de São Salvador, Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 53, n. 2, p. 101-112, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revisita/index.php/cel/issue/current/showToc>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

_____. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade. *Revista Rua*, Campinas, v. 2, n.16, p. 5-17, 2010a. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/anteriores/pages/home/capaArtigo.rua?id=91>>. Acesso em: 06 out. 2016.

_____. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência In: _____. (Org.). *A produção do consenso nas políticas públicas urbanas*. Campinas: RG Editora, 2010b. p. 11-42.

_____. *Discurso e texto*: formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

_____. *Língua brasileira e outras histórias*: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2004.

_____. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: _____. (Org.). *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas: Pontes, 2003. p. 7-20.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p. 49-59.

_____. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. 5. ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Pontes: Campinas, 2008.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

_____. Ouverture du colloque. In: CONEIN, B.; COURTINE, J. J.; GADET, F.; MARANDIN, J. M.; PÊCHEUX, M. *Matérialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lilles, 1981. p.15-18.

_____. (1979). Foi “propaganda” mesmo que você disse? Tradução de Eni Orlandi. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes, 2011. p. 73-92.

PFEIFFER, C. Abralín, Gel e Anpoll: espaços de institucionalização da lingüística. In: ALMEIDA, E.; PAROLIN, M. I. (Orgs.). *Fronteiras de sentidos e sujeito nacionais*. Campinas: RG, 2012. p. 47-58.

_____. A linguística nas associações: um recorte discursivo de sua institucionalização. Uma questão de política lingüística. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007. p.19-33.

SARIAN, M. C. *A injunção ao novo e a repetição do velho*. 2012. 273 fls. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.

SILVA, M. V. da. A escolarização da língua nacional. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007. p. 141-161.

_____. A disciplinarização da lingüística: Ciência e Estado. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 4, 2005, Brasília. *Anais...* Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.ucb.br/textos/2/456/ArtigosEComunicacoes>>. Acesso em: 06 mar. 2011.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Arquivo jurídico e exterioridade: a construção do *corpus* discursivo

e sua descrição/interpretação. In: GUIMARÃES, E.; BRUM DE PAULA, M. R. (Orgs.). *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, 2005. p. 93-115.

_____. Ordem jurídica, ordem política e a (des)ordem nas ruas. *Discurso y Sociedad*, Madrid, v. 1, n. 1, 1999, p.105-122.